



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAL

EMENTA

Gestão de Compras **Carga horária - 32 horas/aula**

Público-Alvo

Servidores Públicos Federais da UFRB que atuam ou irão atuar na área de Planejamento das Compras Públicas e áreas correlatas.

Objetivo de Aprendizagem

Objetivo geral

Propiciar aos participantes a construção de conhecimentos, metodologias, experiências e procedimentos no que diz respeito às compras públicas, de modo que lhes possibilitem planejar suas aquisições, mitigando os riscos e garantindo maior eficiência à UFRB nas contratações de bens e serviços comuns.

Objetivos específicos

- Apresentar os aspectos gerais da teoria geral das licitações;
- Apresentar as características e peculiaridades da área de licitações para que possa identificar e definir a sua participação;
- Apresentar as fases da contratação (interna e externa);
- Obter uma visão geral do fluxo do processo de compras/contratação;
- Compreender e estruturar as etapas relacionadas ao Planejamento das Contratações;
- Implementar os procedimentos relacionados ao módulo de compras SIPAC;
- Implementar Estudos Preliminares, Mapa de Riscos e Termo de Referência;
- Conhecer as etapas da seleção de fornecedores.

Metodologia

O curso está estruturado em torno de abordagens teóricas e práticas, que proporcione ao participante uma visão ampliada das Compras pela Administração Pública. A forma das atividades ocorrerá por meio de aula expositiva e dialógica, apoiada por slides, estudo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAL

de caso, debates, pesquisa e vídeos, bem como aula prática no Painel de Preços, PGC e Módulo de Compras - SIPAC.

Principais Tópicos

- Teoria Geral das Licitações:
 - ✓ Normatização constitucional e infraconstitucional;
 - ✓ Princípios da licitação;
 - ✓ Modalidades e exceções de licitação;
 - ✓ Tipos e Regimes de Execução;
 - ✓ Pregão Eletrônico: Legislação Aplicável, Conceitos e Características Gerais;
 - ✓ Pregão Eletrônico: Fase Interna e Externa.
 - ✓ Sistema de Registro de Preços: Base Legal, Conceito, Aplicação, IRP, Competências e Vantagens.

- O Processo da Contratação:
 - ✓ Definição do objeto;
 - ✓ Pesquisa de Preços;
 - ✓ Elementos do processo;
 - ✓ Módulo de Compras - SIPAC
 - ✓ Fluxo do processo de contratação.

- Planejamento e Gerenciamento de Contratações:
 - ✓ Instrução Normativa nº 01, de 29 de março de 2018;
 - ✓ Plano Anual de Contratações;
 - ✓ Estudos Preliminares;
 - ✓ Gerenciamentos de Riscos;
 - ✓ Processo de Elaboração;
 - ✓ Cronograma de Elaboração;
 - ✓ Equipe de Planejamento;

- Procedimento de contratação de serviços:
 - ✓ Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017;
 - ✓ Planejamento da contratação;
 - ✓ Estudos Preliminares;
 - ✓ Gerenciamento de riscos;
 - ✓ Termo de referência;
 - ✓ Seleção do fornecedor.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm.> Acesso em: 01 out. 2018.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAL

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art.37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 jun. 1993. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L8666cons.htm>> Acesso em: 01 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2018.

BRASIL. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019. Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm>. Acesso em 01/10/2019.

BRASIL. Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 dez. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm> Acesso em: 01 out. 2018.

BRASIL. Lei nº. 12.462, de 4 de agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 ago. 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12462.htm.> Acesso em: 01 out. 2018.

BRASIL. Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013. Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm#art29> Acesso em: 01 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº 05, de 27 de junho de 2014. Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.** Brasília, 2014. Disponível em: < <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/301-instrucao-normativa-n-5-de-27-de-junho-de-2014-compilada>> Acesso em: 01 out. 2018.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAL

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Painel de Preços**. Disponível em: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/painel-de-precos> Acesso em: 01 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº 01, de 29 de março de 2018. Dispõe sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações e sobre a elaboração do Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional**. Disponível em: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/861-pgc-in> Acesso em: 01 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017. Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, 2017**. Disponível em: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/760-instrucao-normativa-n-05-de-25-de-maio-de-2017> Acesso em: 01 out. 2018.

INSTRUTOR/FACILITADOR:

Emerson Franco Santa Barbara

Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB (2016), Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS (1998), Especialista em Logística e Distribuição pela Universidade Católica do Salvador-BA(2004), Especialista em Gestão em Saúde pelo Centro Universitário FECAP-SP(2005). Desde 2009, atua como Servidor Público Federal da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia no cargo de Contador e desde 2011 ocupa a função de Coordenador de Licitação e Compras da Pró-Reitoria de Administração. Atuou como Professor de Contabilidade Pública do curso de Ciências Contábeis e atualmente é Professor do curso de Especialização de Licitações e Contratos e do curso de Especialização em Gestão Pública da Faculdade Maria Milza. Atuou como Instrutor da Escola de Administração Fazendária - ESAF. Atua como instrutor na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. Tem experiência em Gestão Pública, atuando principalmente com os seguintes temas: planejamento, licitações, contratos, logística, compras sustentáveis e compras da agricultura familiar.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5200973982887354>